ATA DA 65^a REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVI PLENÁRIO REALIZADA EM 19/02/2022.

2 3 4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15

16

17 18

19 20

21 22

23

24

2526

27

28 29

30

31

32

33 34

35

36 37

38 39

40

41

42

43

44 45

46

47

48

49

50 51

52

53

54

1

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, com início às 09h30, realizou-se, presencial e online, a 65ª Reunião Plenária do XVI Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes os Conselheiros Efetivos: Anderson Nazareno Matos; Cláudia Aline Carvalho Espósito; Evely Najjar Capdeville; Fabrício Júnio Rocha Ribeiro; Jéssica Gabriella de Souza Isabel; Lourdes Aparecida Machado; Luiz Felipe Viana Cardoso; Reinaldo da Silva Júnior; Renata Ferreira Jardim de Miranda; Rita de Cássia de Araújo Almeida; Suellen Ananda Fraga; Walter Melo Júnior e Yghor Queiroz Gomes e os Conselheiros Suplentes: Bruna Rocha Diniz de Almeida: Camila Bahia Leite; Cristiane Santos de Souza Noqueira; Elza Maria Goncalves Lobosque; João Henrique Borges Bento; Liliane Cristina Martins; Marleide Marques de Castro e Rodrigo Padrini Monteiro. Quórum de Conselheiros Efetivos: Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 13, tendo o Plenário elevado à condição de Conselheira(o) efetiva(o), Cristiane Santos de Souza Nogueira e Luis Henrique de Souza Cunha. Justificativas de ausência: Larissa Amorim Borges; Luís Henrique de Souza Cunha; Paula Lins Khoury; Ted Nobre Evangelista; e Thiago Ribeiro de Freitas, justificaram ausência. Assuntos tratados: Pontos da COE: O Conselheiro Fabrício Ribeiro apresentou os seguintes pontos de pauta: 1) Processo Investigativo Nº 02/19: Proposta de arquivamento de Processo Investigativo. O XVI Plenário aprovou por 18 votos favoráveis e 1 abstenção o arquivamento do processo investigativo Deliberação: Dar ciência às partes. 2) Processo Disciplinar Ético Nº 14/19: O XVI Plenário aprovou por 19 votos favoráveis a instauração de processo disciplinar ético. **Deliberação:** Dar ciência às partes. 4) Processo Disciplinar Ético Nº 19/19: Proposta de instauração de processo disciplinar ético. O XVI Plenário aprovou por 18 votos favoráveis a instauração de processo disciplinar ético Deliberação: Dar ciência às partes. Comissão de Título de Especialista: A Conselheira Elza Lobosque apresentou parecer pela aprovação de 28 títulos de especialista destes 07(sete) em Psicologia do Trânsito; 06(seis) em Psicologia Clínica; 04(quatro) em Neuropsicologia; 03(três) em Avaliação Psicológica; 03(três) em Psicopedagogia; 02(dois) em Psicologia Organizacional e do Trabalho: 1(um) em Psicologia Jurídica: 1(um) em Psicologia Hospitalar e 01(um) em Psicologia em Saúde. Pelo indeferimento de 10 títulos de especialistas. Deliberação: O XVI Plenário aprovou por 15 votos favoráveis a concessão de 28 títulos de especialista e o indeferimento de 10 títulos de especialista. Referência da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais: A Conselheira Jéssica Souza informou sobre o trabalho da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais Antônio Coquito, que continua com a articulação para os 60 anos da Psicologia. Mantém a mobilização com as Comissões Temáticas da ALMG. Em Janeiro/2022 iniciou as articulações para a aprovação de PL relativa a imigração tanto no Estado, quanto nos municípios. A questão dos retornados é muito séria por isso a importância da discussão do tema da migração. O Assessor Parlamentar vem fazendo o processo de Registro no SIMA do SER-DH, fez a inserção no sistema de todas as atividades de Direitos Humanos do CRP-MG. Além do acompanhando da discussão da legislação sobre Cannabis Terapêutica. Em relação ao PL das 30h teve uma reunião do GT e o agendamento de uma reunião com a Deputada Estadual Beatriz Cerqueira e está em andamento as conversas para propositura de uma Lei Estadual. Em nível nacional o PL das 30h passou na primeira Comissão, está tramitando em outra Comissão. Está acompanhando a organização do Seminário Estadual de Valorização dos Conselhos. Também atua como ponte para resposta de dúvidas das parlamentares que tenham ligação com o CRP-MG. A Conselheira Jéssica Souza ressaltou que a carga horária de 6h é pequena para acompanhamento de todas estas ações. O Conselheiro Anderson Matos informou que a PL 399/2015 está tramitando em Comissão Especial em ritmo lento. A oposição à pauta vem fazendo articulações contrárias a votação. Caso ocorra a aprovação irá para votação no Senado. Informou que o Assessor Antônio Coquito entrou em contato com os Deputados Thiago Mitraud, Paulo Teixeira e Rogério Correia. Informou que a Associação Brasileira da Indústria da Cannabis solicitou reunião com a Diretoria. O Conselheiro Yghor Gomes ressaltou que o Assessor Antônio Coquito acompanhará a ação relativa a migração e aquarda o contato para articulação em Uberlândia. A Conselheira Lourdes Machado sugeriu que em relação a carga horária, o Assessor Antônio Coquito faça a mobilização junto às Associações e Entidades Mineiras de Psicologia para acompanharem as pautas ligadas a psicologia e assim, descentralizar a função do CRP-MG. A Conselheira Jéssica Souza ponderou que nas discussões da 5ª Conferência da Igualdade Racial tem muitos produtores rurais sendo considerados comunidades tradicionais. Comunicou que gostaria de sair da Referência da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais por questões pessoais. Percebeu que o Plenário deixou muito solto o que se esperava desta Assessoria que tem um potencial muito grande para a gestão. O direcionamento deveria ser dado pelo Plenário para onde despender esforços do trabalho. Há uma articulação para fora das ações do Assessor Antônio Coquito e falta uma conversa para dentro do Conselho. Propôs que o Assessor apresente o que o vem sendo feito de acompanhamento das proposições legislativas de interesse do CRP e das articulações com as Comissões do CRP-MG. Colocou para o Plenário a indicação de representante para assumir a condição de Referência da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais. A Conselheira Evely parabenizou a avaliação feita do trabalho do Assessor Parlamentar Antônio Coquito e avaliou que o próprio Assessor não conseque dar a visibilidade do que ele vem executando. A Conselheira Suellen Fraga ressaltou que o CRP não se apropriou positivamente do trabalho executado pela Assessoria e fica como uma sinalização para o restante do Plenário. A Conselheira Lourdes Machado ressaltou que a Assessoria Parlamentar foi uma marca da gestão. O agente dificultador do Assessor Parlamentar Antônio Coquito é que ele não consegue verbalizar e escrever o que de fato ele está realizando de trabalho. Entende como estratégico ajustar a continuidade do cargo de Assessoria Parlamentar para a próxima gestão. Lamentou a saída da Conselheira Jéssica Souza da Referência. A Conselheira Cristiane Nogueira indagou se o Assessor Parlamentar Antônio Coquito continua ou sai da Assessoria. É necessário a devolutiva ao Assessor em relação ao aprimoramento da relatoria do seu próprio trabalho. O Conselheiro Yghor Gomes propôs a contratação de uma empresa de advocacy. Assim, poderia ter uma equipe trabalhando ao invés de apenas 1 Assessor. Sugeriu colocar esta proposta no orçamento a ser aprovado em Setembro/2022. Sugeriu ainda, colocar todos os cargos de Assessoria e Gerências à disposição no início de gestão. A Conselheira Evely Capdeville informou que para desonerar a folha de pagamento pode-se sim terceirizar. Porém para fazer isso, a contratação de terceirizado não pode ser feita com cargos que estejam no nosso quadro. Citou por exemplo o contínuo, que é terceirizado e não está no mesmo CBO de uma assistente administrativo. Mesmo que se coloque todos os cargos à disposição. Só poderia recontratar com salário menor, somente após 1 ano da demissão. Sugeriu demitir 1 ou 2 Gerentes e Assessores e contratar outro com o salário de início. O Conselheiro Reinaldo Júnior se colocou a disponibilização para assumir a condição de Referência da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 16 votos favoráveis a indicação do Conselheiro Reinaldo Júnior na Referência da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais. Alteração de Coordenação Comissão de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional Subsede Norte: A Conselheira Lourdes Machado) informou que a Colaboradora Miriam Ornelles solicitou desligamento da Coordenação da Comissão de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional da Subsede Norte. Para o seu lugar foi indicado o nome da Colaboradora Cristiane Oliveira da Silva. Deliberação: O XVI Plenário aprovação por 15 votos favoráveis a indicação da Colaboradora Cristiane Oliveira da Silva para a de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional da Subsede Norte em substituição à Colaboradora Miriam Ornelles. Comissão de Avaliação Psicológica Trânsito: A Conselheira Elza Lobosque informou que o Artigo 147 do CTB (modificado pela lei 4071) dispõe que § 7º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, com a colaboração dos conselhos profissionais

55

5657

58

59

60

61

62

63 64

65

66

67

68

69

70

71 72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86 87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101 102

103

104

105

106

107

de medicina e psicologia, deverão fiscalizar as entidades e os profissionais responsáveis pelos exames de aptidão física e mental e pela avaliação psicológica no mínimo 1 (uma) vez por ano." (NR). Informou que as clínicas de trânsito devem ser fiscalizadas e é necessário um trabalho de organização e qualificação do trabalho das(os) psicólogas(os) fiscais do CRP-MG para este tipo de fiscalização. Colocará no grupo da Plenária a legislação pertinente para leitura e retorno na próxima Plenária. O Conselheiro Yghor Gomes informou que tem acompanhado o trabalho das(os) psicólogas(os) fiscais para poder questionar algumas falas. Já esteve em fiscalização de clínicas, o que escuta da psicóloga fiscal e o que o profissional entende da fala. Avaliou que o Conselho nunca é bem visto pela categoria quando ocorre a visita de fiscalização. A necessidade de capacitação às psicólogas fiscais é sempre necessária e defende a sua realização constante. A Conselheira Cristiane Nogueira ressaltou que a categoria está cobrando a fiscalização das clínicas do Detran-MG. Perguntou se as psicólogas fiscais teriam condições de realizar a fiscalização. O Conselheiro Reinaldo Júnior ponderou que todo ato de fiscalização gera um termo de fiscalização. Neste termo está escrito o que a psicóloga fiscal orientou. Quando houver uma queixa pela categoria é possível confrontar com o documento elaborado. Reforçou que o CRP faz a fiscalização por demanda. Não há um cronograma para realização de fiscalizações. A Conselheira Lourdes Machado sugeriu que a COF possa criar uma série de posts com resposta as principais críticas que chegam da Clínica. A Conselheira Elza Lobosque informou que irá entrar em contato com a Conselheira Cláudia Espósito. A proposta é realizar fiscalizações nas Clínicas de forma aleatória nas Subsedes. O tema será discutido em uma live e em mesa e Conferência dentro das atividades do Congresso Mineiro de Psicologia. Comitê Gestor do Planejamento Estratégico: A Conselheira Evely Capdeville apresentou o histórico e o status do Planejamento Estratégico. Iniciou informando que o documento final do Plano Estratégico foi submetido à análise, revisão e publicação, em junho de 2020. Após a chegada da Assessora de Gestão de Pessoas, iniciaram as reuniões. Para a execução do Plano Operacional foi pensado um Comitê Gestor de Planejamento Estratégico do CRP- MG com o objetivo de monitorar e gerenciar a realização das ações que iriam garantir a visão estratégica do XVI Plenário. A composição do Comitê Gestor é a seguinte: Gerência Administrativa, representada por Mônica; Gerência de Comunicação, representada por Nathália; Gerência Técnica, representada por Flávia; Assessoria de Gestão, representada por Taimara; Assessoria de Relações Institucionais, representada por Antônio Coquito; Uma (m) conselheira (o) da Diretoria, representada por Evely; Uma (m) conselheira (o) do Plenário, representado por Fabrício; Uma (m) representante das (os) empregadas (os) públicas (os), representada por Débora. O Comitê Gestor, tem como função: Coordenar as ações; analisar as mudanças de contexto sob a ótica dos limites e oportunidades; monitorar e prestar contas dos resultados do Plano. As atividades deste Comitê iniciaram em 13/11/2020 com reunião dos componentes e apresentação de "Radar Planejamento Estratégico" com as informações do documento construído no seminário. O Eixo 1 -Organização Democrática e Representativa do CRP conta com 47 ações, o eixo 2 - O Diálogo da Psicologia com a Sociedade Mineira e suas relações com a Democracia e Direitos tem 31 ações e o eixo 3 - Exercício Profissional também com 31 ações. A metodologia utilizada pelo Comitê Gestor foi em um primeiro momento realizar a leitura e análise de cada ação, uma a uma, em seu respectivo eixo e a partir dos destaques feitos no momento do Seminário fomos revisando a redação, readequando e ajustando as ações e as responsabilidades, nos Eixos pertinentes. Em um segundo momento feita a leitura analítica das ações, via Radar de Planejamento Estratégico, para monitoramento, com atualização de informações referentes à cada ação, e atribuição do percentual, com a cor correspondente ao status de cada ação. A análise das ações seguiu a seguinte parametrização, considerando o status e o percentual atingido até o momento, considerando: 0% a 20% - Não iniciado; 21% a 40% - Iniciado; 41% a 60% - Em andamento; 61% a 80% - Quase Concluído; 81% a 100% - Concluído. Ressaltou que esse monitoramento criterioso, precisa ser completado. No entanto o Comitê depende de

109

110

111

112

113114

115116

117

118

119

120

121 122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148 149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

informações de Coordenadores (as) de Comissão e das partes responsáveis pela ação. Para isto, solicitou a atenção e a colaboração de todas (os) para chegar à conclusão do trabalho. Informou que será encaminhado via e-mail para cada responsável as lacunas que necessitam de preenchimento ou atualização. Retomada da ajuda de custos para atividades online: A Conselheira Cristiane Nogueira informou que outros Conselhos de Classe conseguem operacionalizar o pagamento de ajuda de custo para atividades online. Ponderou que a possibilidade das atividades online proporciona capilarizar as ações propostas por esta gestão. Sugeriu uma discussão a médio prazo desta proposta de retomada da ajuda de custo. Considerou que a prioridade das atividades presenciais para pagamento da ajuda de custo acaba por desvalorizar o trabalho desenvolvido no formato online. Houve uma ampliação dos trabalhos a partir da pandemia e só vai conseguir continuar com a série de compromissos assumidos se continuar algumas atividades online. Entende que o Conselho precisa se haver com isso. Teve uma deliberação da Plenária em Dezembro/2021. Avaliou que esta não pode ser uma decisão definitiva e propôs reavaliar e discutir, inclusive com o CFP, um posicionamento enquanto Sistema Conselhos. A Conselheira Lourdes Machado manifestou total concordância de que deve ser sim uma provocação ao CFP. Sugeriu uma reunião da Diretoria do CRP-MG com a Diretoria do CFP e todas(os) Tesoureiras(os) dos CRPs. Pontou que o virtual veio para ficar. Tiveram ações como as Assembleias que estão cheias, o que não era percebido no presencial. Além do princípio da economicidade. Ressaltou a necessidade de exigir que o GT do Financeiro leve o ponto para a APAF de Abril/2022. A Conselheira Elza Lobosque avaliou que é possível fazer a articulação com os CRPs afins. A Conselheira Liliane Martins informou que acontecerá o Congresso Mineiro com 50 mesas e na época do convite para os palestrantes existia a possibilidade de pagamento de ajuda de custo online. Indagou se terá de ser feito um outro combinado com estes palestrantes. Concordou com a proposta de discussão na Apaf de Abril/2022. O Conselheiro João Henrique sugeriu que seja tentado que a pauta seja levada para a APAF e priorizada a sua discussão. Entende que o alinhamento deve ser feito na Reunião de Tesoureiros para que obtenha um consenso para a APAF. Ponderou que o virtual também não pode ser priorizado em relação ao presencial. Não pensar somente no princípio da economicidade, mas no avanço da legislação com a possibilidade da participação de maneira virtual. A Conselheira Renata Miranda informou que a reunião de Tomada de contas este tema veio. Segundo o Contador José Silvério não há problemas quanto ao TCU do pagamento desta ajuda de custo. Caso tenha dúvidas sugeriu conversa com o José Silvério e se necessário com o Assessor Jurídico Luiz Henrique, Sugeriu ainda, que haia revisão nos valores desta aiuda de custo. A Conselheira Evely Capdeville propôs que o híbrido seja escolhido com muito critério. Informou que o conceito de ajuda de custo permite o pagamento de participação em reuniões e em representações, diferentemente do conceito de verba de representação que é mais limitado a pagamento para representações externas. Há uma necessidade de atualização no Acórdão do TCU que ainda não foi feita. Apesar do nosso jurídico e financeiro ter dado um parecer favorável, o Jurídico do CFP não respaldou a decisão pelo pagamento da ajuda de custo online. Lembrou que na APAF de Novembro/2021, a Presidenta do CFP Ana Sandra assumiu o compromisso de levar a contribuição do CRP-MG para o GT Financeiro e a inclusão na Apaf de Abril/2022. Houve inclusive votação na APAF de Novembro/2021, com aprovação de tal decisão. Sugeriu cobrar a referência da Região Sudeste no GT Financeiro e também ao CFP de uma reunião deste GT. Ressaltou que o texto elaborado pelo CRP está bem embasado. Deliberação: O XVI Plenário aprovou por 19 votos favoráveis enviar o Ofício ao CRP-SP com cópia para o CFP e todas as Diretorias dos CRPs cobrando a realização da Reunião do GT Financeiro para que seja dado andamento. Curso de Psicologia 50% EAD e 50% Presencial: A Conselheira Cristiane Nogueira informou que o Centro Universitário Una fará uma turma de psicologia oferecendo 50% do curso na modalidade EAD e 50% Presencial. A Conselheira Evely Capdeville informou que não é possível esta modalidade. O curso de psicologia se faz na forma presencial. Paralelamente a isso o MEC aprovou uma Portaria 2117/2019. Esta legislação se aplica a todas as

163

164 165

166

167 168

169 170

171

172173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186 187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203204

205

206

207

208209

210

211

212

213

214

215

graduações em nível superior e permite ofertar EAD de até 40% da carga horária total do curso e só se aplica a cursos presenciais. Um curso 50% EAD vai contra a legislação vigente e as Diretrizes Curriculares Nacionais/DCNs da psicologia. A Una não pode fazer isso. Cabe denúncia à ABEP, Ministério Público e ao próprio MEC. A Conselheira Cristiane Nogueira recebeu informação de que a UNINTER tem tudo organizado para promover o curso de Psicologia na modalidade 100% online e supõe que esta instituição esteja com informação privilegiada. A Conselheira Evely Capdeville ressaltou que pode haver informação privilegiada, porém, ainda não há esta modalidade na legislação vigente. O Conselheiro Luiz Felipe informou que o MEC aumentou o prazo para realização das aulas online pelas Universidades devido ao aumento da variante Omicron. A decisão da Una não é só para o curso de Psicologia é para todas as Universidades no Brasil administradas pela Ânima. Há uma mudanca no modelo acadêmico em curso e respaldada pelo MEC. Sugeriu à Comissão de Psicologia e Formação Profissional verificar a legislação vigente sobre o assunto. A Conselheira Evely Capdeville concordou com a proposta e levará o pedido ao Coordenador da Comissão Délcio Fernando. O Conselheiro João Henrique informou que pode haver uma composição com o movimento estudantil para pressão pela presencialidade. Desta forma mexer com a questão econômica das Universidades. A Conselheira Evely Capdeville explicou que existe um grupo com estudantes de psicologia desde o início da gestão com participação da Comissão do CRP e da ABEP. Vem sendo feito um trabalho com estes estudantes, com participação de estudantes nas lives realizadas pelo CRP e o acolhimento de denúncias que chegam ao CRP. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Reinaldo da Silva Júnior, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes. Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2022.

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

